
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0000063-69.2011.2.00.0000**Requerente:** Ruy Eduardo Almeida Britto**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - TJBA - PROVIMENTO DE CARGOS PREVISTOS PELA LEI 10.845/07 - OUTRAS MEDIDAS INFENSAS AO CONTROLE DA LEGALIDADE PELO CNJ - IMPROCEDÊNCIA.

1. Em nome da garantia constitucional da celeridade processual e desprezando os limites de gastos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Requerente postula a nomeação de Desembargadores, a realização de concurso de Juiz, a determinação de convênio do TJBA com o Governo do Estado para aporte financeiro, a elaboração de plano e custeio de reforma e ampliação de prédios da Justiça Baiana e a transformação de Fórum em Museu, em abrangente pedido de reforma do Judiciário da Bahia.
2. Causa espécie o pedido, por refugir da competência do CNJ tão ampla intervenção no Judiciário daquele Estado, a par da fundamentação distorcida do pleito, atribuindo ao Conselho descaso pelas condições de trabalho do TJBA, quando a realidade constatada no "Justiça em Números" é o desempenho insatisfatório daquele Tribunal por deficiências gerenciais.
3. Surpreende ainda mais a assertiva do Requerente, no sentido de que contrata advogado para assessorá-lo na elaboração de sentenças, em verdadeira terceirização do ofício judicante.
4. Hipótese de indeferimento dos pleitos, com extração de cópia do processo e remessa à Corregedoria Nacional de Justiça, para apuração da conduta do Requerente quanto à delegação de jurisdição.

Pedido de providências improcedente.**I) RELATÓRIO**

O Requerente propõe o presente Pedido de Providências, buscando, em razão das condições precárias da prestação jurisdicional baiana, que seja determinada ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia a observância da **Lei Estadual 10.845/07 (Lei de Organização Judiciária - LOJ)**, no sentido de serem ocupadas, em 6 (seis) meses, as **20 vagas de Desembargador** e as **mais de 100 vagas de Juiz de Direito** da Comarca de Salvador, abrindo-se **concurso** para preenchimento destas últimas.

Sugere, também, que, em 6 (seis) meses, o **aporte de recursos federais** para fazer frente aos acréscimos, tendo em vista que a despesa com pessoal do TJBA já está no limite prudencial, seja feito mediante **assinatura de convênio** entre o Tribunal e o Estado da Bahia. Nota que, tratando-se de atendimento à garantia constitucional da razoável duração do processo e de observância do princípio da eficiência pela Administração Pública, não há incidência da LC 101/00, no que toca ao limite prudencial de gastos com pessoal.

O Requerente postula, ainda, que sejam providenciados **plano e custeio** de reforma, ampliação ou construção da **nova sede** do TJBA, com previsão de, pelo menos, 98 (noventa e oito) cargos de Desembargador, bem como do **Fórum Geral da Capital** no Centro Administrativo da Bahia (CAB), abrangendo as unidades previstas para Salvador, nos termos da Lei 10.845/07, e, no mínimo, 20% (vinte por cento) a mais de instalações, juntamente com a adaptação e reforma das **Comarcas do interior**, visando à instalação das novas serventias contempladas pela LOJ aludida.

Em arremate, pugna pela **transformação do Fórum Rui Barbosa em Museu do Judiciário da Bahia** e outras atividades afins, promovendo as transformações e reformas necessárias, viabilizando-se todas as **alterações** necessárias em **três etapas** e num **período máximo de 24 meses** (REQINIC2).

O **TJBA prestou informações**, pontuando que, no final do ano de 2009 atingiu um percentual de 5,93% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando o limite prudencial imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram **adotadas medidas** com vistas a **reduzir os gastos com pessoal** (suspensão do pagamento do adicional noturno, substituição de titulares de serventias judiciais e extrajudiciais por substitulares, jornada de trabalho mínima de 8 horas diárias, revisão da insalubridade e da periculosidade, suspensão do salário referência/transporte e progressão por escolaridade dos servidores), o que permitiu ao Tribunal Requerido, em dezembro de 2010, alcançar 5,3% da RCL, ficando abaixo do limite de alerta preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, observa que, apesar da anunciada redução do limite, teve que **nomear**, em **cumprimento de decisão do CNJ, 725 candidatos** aprovados dentro do número de vagas disponibilizadas no concurso público de 2006, aumentando, segundo estimativa da Diretoria de Recursos Humanos, para 5,52% da RCL o impacto na folha de pagamento de pessoal. No mais, assenta o Tribunal que vem tomando medidas para melhoria da capacitação do pessoal, redução de gastos e realização de novos concursos para magistrados e servidores, que serão implementadas de forma gradativa, pois deve observância aos arts. 169 da CF, e 20, II, "a", da LC 101/00 (INF6).

Em **réplica**, o Peticionante afirma a **competência** do **CNJ** para zelar pela observância da **garantia constitucional da razoável duração do processo**, bem assim do **princípio da eficiência administrativa**, em relação aos órgãos do Poder Judiciário. Ratifica as condições precárias que envolvem a atividade jurisdicional no âmbito do TJBA e que reclamariam a implementação das medidas elencadas em seu requerimento inicial, informando, ainda, que mantém, às suas próprias expensas, advogado como Assessor, a fim de "*exercer o seu ofício*". Finaliza pontuando o apoio dado pela OAB/BA às propostas originadoras deste pleito, conforme ofício anexado aos autos pela entidade de classe, e a necessidade de manejo, pelo Requerido, de ação junto ao Estado do Bahia, a fim de receber o devido aporte financeiro para comportar o aumento de despesas com pessoal (PET8).

É o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, causa espécie a **afirmação feita em réplica** pelo Peticionante, quanto à manutenção de advogado, às suas expensas, para exercício do ofício de magistrado. Em suas próprias palavras:

"O que importa, com o recato e a veemência que o tema requer, é salvar o paciente quase terminal, ministrando o indispensável para não por literalmente na UTI o quadro de seus Servidores e principalmente de seus abnegados Juizes de Direito que, (sic) estão estressados, doentes e desmotivados, principalmente com as constantes metas de produtividade fixadas pelo CNJ que, com todo o respeito, faz vistas grossas ao que acontece na Bahia, onde as Serventias não dispõem de Servidores que completem o quadro, tem instalações e equipamentos insuficientes, um sistema (SAIPRO) arcaico, com inúmeras inconsistências de informática, e os poucos Juizes em atividade sequer tem (sic) Assessor, disse Assessor no singular, pois o que este Magistrado possui é o ex-estagiário e advogado atual, Dr. Joel Meireles Duarte que, (sic) vem sendo remunerado com recursos pessoais do subscritor que, em outras palavras, está pagando do seu bolso para exercer seu ofício." (grifei) (PET8, p. 1-2).

Desconheço qualquer dispositivo de lei autorizador da circunstância narrada pelo Requerente, permitindo a magistrado a **terceirização do seu "ofício"**. Se não tem cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, guarnecendo a Vara que ocupa, somente pode ter, para a atividade técnica jurisdicional, servidores de cargo efetivo. Terceirização de atividade-fim é ilegal em qualquer ramo de atividade, porque, à míngua de autorização legal, entre nós, tem-se operado como instrumento de precarização de direitos e barateamento irregular do serviço prestado. A par de tudo isso e da **ilegalidade**, com burla do **art. 37, II, da CF**, acopla-se a **ausência de conteúdo ético** na atitude do Magistrado: pagar a terceiro, que não é do Judiciário, para exercer atribuições suas. Nessa linha, entendo que, parecendo haver conduta em desalinho,

também, com o **art. 2º do Código de Ética da Magistratura Nacional**, cópia do presente **julgado deve ser encaminhado à Corregedoria Nacional de Justiça**, para que, analisando as informações aqui contidas, tome as medidas que entender procedentes em relação ao Requerente.

Quanto à alegação, também em réplica, do Peticionante, **sem** emissão de **fundamentos**, de que o **CNJ faz "vistas grossas"** ao que acontece no **Judiciário da Bahia**, tem-se que, fora a absoluta impropriedade de se fazer acusação de tal viés, sem apresentar bases que a suportem, não parece condizer com o mapa da realidade.

Como bem posto pelo Requerente, o Tribunal de Justiça da Bahia é o mais antigo das Américas, com cerca de 400 (quatrocentos) anos de existência, contrastando, assim, com a **insipiência do CNJ**, que só tem 7 (sete) anos. Nessa esteira, não se pode atribuir ao CNJ a responsabilidade pelas **condições precárias reinantes** no desempenho da atividade jurisdicional do Judiciário da Bahia, o que **deve vir de mais tempo do que o CNJ tem de instalado**. Não bastasse tanto, ao **CNJ** restou cometido pelo **art. 103-B, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal o controle administrativo, financeiro e disciplinar dos 90 (noventa) tribunais brasileiros** (excepcionado o STF), enquanto que o TJBA só tem a si próprio para gerenciar.

Junte-se a isso o fato de que não faz vista grossa órgão que determina ao TJBA que nomeie, em 2010, 725 candidatos aprovados em concurso público de 2006, para incremento imediato da prestação jurisdicional, como elucidado pelo próprio Tribunal Requerido, ao prestar informações nestes autos em relação ao comando advindo deste Conselho (INF6).

O que se pretende aclarar é que a **situação deficitária do TJBA**, listado, infelizmente, entre as três piores atuações do Judiciário brasileiro, desde que implantada a **Política de Metas pelo CNJ**, em 2008, **não pode ser atribuída a descaso por parte do CNJ**. Muitos outros tribunais pátrios caminham na mesma esteira de precariedade de servidores e magistrados e de necessidade de instalação de infraestrutura condizente com o alcance do cumprimento dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública (CF, art. 37), mas nem por isso apresentaram desempenhos piores dos que já vinham tendo, a partir da implantação das Metas pelo Conselho Nacional de Justiça. As Metas prestam-se ao alcance do fim mencionado pela Constituição Federal, e não se convertem em empecilhos à melhora das condições da prestação jurisdicional, como quer fazer crer o Requerente (*"seus abnegados Juizes de Direito que, (sic) estão estressados, doentes e desmotivados, principalmente com as constantes metas de produtividade fixadas pelo CNJ"*, PET8). Toda a problemática discernida na peça exordial do Peticionante reporta-se muito mais a **problemas de gerenciamento interno** do próprio Tribunal ao qual se vincula, notadamente a condução do extinto "Instituto Pedro Ribeiro de Administração do Judiciário" (IPRAJ), alvo de denúncias de corrupção e de desvios orçamentários, vindo a ser fechado pelo CNJ, do que a suposto desdém deste Conselho.

Com efeito, de acordo com dados do **Justiça em Números do CNJ**, entre 2004 e 2008, houve um crescimento do TJBA, somente com pessoal (recursos humanos), de 87% e de 863% com despesas de bens e serviços, sendo considerada a Justiça baiana, no mesmo interregno, a **4ª Justiça mais cara do país**. Apesar de todo esse panorama, até 2009, apresentava-se também como uma das "Justiças" mais ineficientes, não tendo acompanhado a média nacional de redução de processos pendentes de julgamentos (6,6% de redução, enquanto a média nacional foi de 24,8%). Em 2010, o TJBA manteve o pior desempenho nacional na Meta 1, apresentando mais de 417.000 processos parados, pendentes de julgamento e alcançando, com isso, 56,27% do cumprimento da Meta, muito abaixo da média nacional, de 91,81%, e da média de todos os demais Estados do Nordeste, de 76,17%.

Nenhum desses aspectos pode ser atribuído apenas à escassez de magistrados e assessores, já que da falta de servidores não se pode queixar o Tribunal, diante do aumento demonstrado pelos números e por recente decisão do CNJ.

Feitas essas considerações inarredáveis, relativamente ao **mérito** propriamente dito, os pleitos consubstanciam-se em: **a)** provimento dos **20 cargos de Desembargadores** do TJBA, criados pela LOJ de 2007; **b)** abertura de concurso público para provimento dos **mais de 100 cargos de Juizes de Direito** para a Comarca de Salvador; **c)** assinatura de **convênio entre o TJBA e o Estado da Bahia** para fazer **aporte de recurso financeiro federal** apto ao acréscimo elencado, no prazo de 6 (seis) meses; **d)** elaboração de **plano e custeio** de reforma, ampliação ou construção da **nova sede** do TJBA, com previsão de, pelo menos, 98 cargos de Desembargador, bem como do **Fórum Geral da Capital** no Centro Administrativo da Bahia

(CAB), abrangendo as unidades previstas para Salvador, nos termos da LOJ, e, no mínimo, 20% a mais de instalações, juntamente com a adaptação e reforma das **Comarcas do interior**, visando à instalação das novas serventias contempladas pela LOJ aludida; **e) transformação do Fórum Rui Barbosa em Museu do Judiciário da Bahia** e outras atividades afins, promovendo as transformações e reformas necessárias, viabilizando-se todas as **alterações** necessárias em **três etapas** e num **período máximo de 24 meses**

O pleito relacionado à **transformação de Fórum em Museu** não cintila nenhum aspecto de controle da legalidade por parte do CNJ, estando no âmbito da **conveniência e oportunidade da Administração**, razão pela qual não compete ao Conselho determinar nada nesse sentido, refugindo aos limites do art. 103-B, § 4º, da CF.

Na mesma trilha, a determinação da elaboração de **plano e custeio de reforma para nova sede do Tribunal, Varas da Capital e do Interior**, estão dentro do âmbito do **autogoverno dos tribunais**, nos moldes do art. 96, I, "b", da Lei Maior, não podendo o CNJ disciplinar, simplesmente, a questão ou determinar que o TJBA assim proceda. Depende da verificação de seu rol de prioridades e não de que o CNJ lhe impute as prioridades.

Pelo prisma da determinação de assinatura de convênio com o Estado da Bahia, a discussão da matéria é **interinstitucional**, na medida em que demanda protocolo de negociações com outro Poder, que não somente o Judiciário. No máximo, o CNJ pode recomendar que o TJBA busque o aporte financeiro do Estado, e não federal (não há previsão na LC 101/00), para regularização de suas contas, se se encontrarem deficitárias. Aliás, no que toca à **verificação das contas de Tribunais**, há trabalho que vem sendo desenvolvido pelo CNJ, pelo **Grupo de Apoio aos Tribunais**, o qual atuou em situação drástica, como a do TJAM, para tentar equacionar o problema do rombo nas contas que superava o orçamento anual daquela Corte.

Com referência, por fim, ao **provimento dos cargos criados de Desembargador e Juiz de Direito da Comarca de Salvador**, cabe ao Tribunal verificar o que, efetivamente, extrapolaria o seu limite prudencial para despesas com pessoal. Como laconicamente informado pela Presidente do TJBA, o Requerido conseguiu voltar ao limite prudencial após o corte de várias despesas, mas com a decisão do CNJ, compelindo-o a nomear 725 servidores aprovados em concurso público de 2006, chegou ao **limite de alerta de 5,52%** (pela LRF, seu limite seria de 5,7% para despesas com pessoal - arts. 19, II, e 22, parágrafo único). Assim, talvez pudesse cogitar de preencher parte das vagas de Desembargador, a fim de desafogar a análise de processos na segunda instância, respeitado o limite imposto pela LC 101/00. Todavia, não está obrigado a prover tais cargos se o impulsionarem além do limite legal, porquanto não constitui hipótese de exceção à observância do limite assentada na mencionada lei.

Convém recordar que a norma constitucional de garantia de **duração razoável do processo** (CF, art. 5º, LXXVIII) deve ser conjugada com a do respeito aos **limites com gastos públicos** (CF, art. 169), não podendo a primeira, de caráter programático indefinido, sobrepor-se à segunda, de caráter normativo específico.

Na conformidade dessas ponderações, não vislumbro a necessidade de controle da legalidade da atuação do Tribunal a ser encetado pelo CNJ, **JULGANDO IMPROCEDENTE** o Pedido de Providências. Envie-se cópia da presente decisão à **Corregedoria Nacional de Justiça**, a fim de que apure a conduta do Requerente, nos termos do juízo externado no início da fundamentação deste julgado.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA em 23 de Setembro de 2011 às 08:57:52

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
ac95307e6353590107dbbc96f66f5654



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **469263**



110929101701000000000000468555